

Congresso aprova e LDO vai à sanção presidencial

Substitutivo acolhido pelos parlamentares prevê que área de saúde receberá, no próximo ano, dotações no mínimo iguais às que lhe foram destinadas pelo Orçamento de 1997

Intermediação de verba pode ser proibida

Os órgãos públicos poderão ser proibidos de contratar serviços de intermediação ou assessoramento com vistas à liberação de verbas. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Eduardo Suplicy, deverá ser votado hoje pelo plenário do Senado. Pode ser apreciado também projeto de resolução que eleva temporariamente os limites de endividamento de Santa Catarina. **Página 2**



Sob a presidência de Antonio Carlos, o Congresso discutiu maior transparência nas verbas públicas

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite substitutivo ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício fiscal de 1998. A proposta será agora encaminhada à sanção presidencial. Durante a reunião do Congresso presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o relator da matéria, deputado Sarney Filho, garantiu que a LDO aprovada permitirá maior transparência na fixação das receitas e despesas do Orçamento. A proposta acolhida pelo Congresso prevê que a área de saúde receberá, em 1998, dotações no mínimo iguais às que lhe foram destinadas pelo Orçamento de 1997. **Página 5**

Senado promove debate contra a impunidade

Juristas italianos responsáveis pela "Operação Mãos Limpas" devem vir ao Senado em setembro participar de um debate contra a impunidade. **Página 8**

CPI ouve ex-prefeito de Osasco

PÁGINA 3

Assentamentos ganham crédito de R\$ 33,8 milhões

Recursos serão aplicados no Projeto Piloto de Reforma da Terra e Atenuação da Pobreza, beneficiando Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Deverão ser assentadas 5 mil famílias ao ano, até 1999. **Página 4**

Proposta de debate sobre a impunidade foi apreciada originalmente pela CCJ

Plenário examina na sessão de hoje proposta do senador Eduardo Suplicy que proíbe órgãos da administração pública de contratar serviços de assessoria com vistas à liberação de recursos. Projeto pune dirigente infrator com perda do cargo

Em pauta, intermediação de verba pública

O plenário do Senado deverá votar hoje projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que proíbe órgãos públicos de contratar serviços de intermediação ou assessoramento com vistas à liberação de verbas públicas, de qualquer natureza, assim como para a ob-



Suplicy: seriedade no trato da coisa pública

tenção de empréstimos junto a estabelecimentos de crédito controlados, direta ou indiretamente, pelas pessoas jurídicas de direito público.

Pela medida, a contratação destes serviços constitui crime de responsabilidade - quando

feita por determinação do presidente da República, de ministro de Estado, governador, prefeito ou secretário -, com pena de perda do cargo e inabilitação, por cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, sem prejuízo da reparação civil ao pa-

trimônio público.

O plenário discute ainda, em turno único, projeto de resolução que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do estado de Santa Catarina para que possa emitir, por meio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.

O plenário do Senado, por requerimento de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), reúne-se hoje, às 11h, em sessão especial para homenagear a memória do padre Antônio Vieira, pela passagem dos 300 anos de sua morte, a completar-se em 18 de julho.

Osmar cobra do governo do Paraná documentos solicitados pela CAE

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) informou ontem que o governo do Paraná até agora não enviou ao Banco Central documentos requeridos para o reexame de pareceres da instituição sobre operações de crédito externo solicitadas pelo estado. Para o senador, "isso significa que o Paraná não tem ouvido a verdade do governador Jayme Lerner, que mente para o povo do estado".

Osmar referia-se a requerimento de Gilberto Miranda (PFL-

AM) que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) encaminhou ao Banco Central solicitando o reexame dos pareceres oferecidos aos pedidos do governo paranaense para a realização de empréstimos. O BC informou à comissão que, em 22 de maio passado, pediu ao secretário da Fazenda do Paraná o envio de documentos para efetuar essa reanálise, porém até



Osmar acusa Lerner de reter informações

o momento não recebeu qualquer resposta daquela secretaria estadual.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

11h - Sessão especial em homenagem à memória do orador e escritor padre Antônio Vieira, pela passagem dos 300 anos de sua morte, a completarem-se dia 18 de julho.

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 80/97, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Santa Catarina para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do estado de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 97, do "PLC nº 1/97, que altera dispositivos da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio; e do "PLS nº 157/96 - complementar, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona.

COMISSÕES

10h - Comissão Especial para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia
Pauta: Reunião de trabalho para apreciação do reque-

ramento do senador Sebastião Rocha (PDT/AP), para criação de subcomissão para verificar *in loco* a repercussão social resultante da paralisação da fábrica Jari Celulose, localizada no distrito de Monte Dourado, município de Almeirim - PA. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - Comissão da Reforma Política-Partidária
Pauta: Continuação da discussão e votação do Relatório Final da comissão. Itens do relatório que serão abordados: Imunidade parlamentar; inelegibilidade; e financiamento de campanhas. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - Comissão Especial destinada a acompanhar, *in loco*, os atos, fatos e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista - RR

Pauta: Reunião para apreciação e votação do relatório final. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

18h - A Biblioteca do Senado Federal apresenta a palestra A crônica: retratos de nossa vida, proferida pela professora e escritora Branca Bakaj.

Senado reclama a Malan sobre prazo

Em ofício encaminhado ontem ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, exigiu providências no sentido de que o Banco Central não mais envie pedidos de emissão de títulos dos estados e municípios sem permitir ao Senado o tempo mínimo necessário para o exame acurado desses pleitos.

O ofício refere-se à emissão de títulos pela prefeitura do Rio de Janeiro e pelo governo do estado, solicitada pelo BC na terça-feira (dia 24), sendo que os primeiros títulos têm vencimento previsto para o dia 1º de julho, ou seja, com o "prazo infimo" de apenas cinco dias, uma vez que a resolução do Senado te-

dia 30.

Fatos idênticos vêm se repetindo com frequência em várias outras ocasiões, sendo tais expedientes encaminhados à apreciação do Senado, pelo Banco Central, quando não há mais tempo de exame mais acurado por parte da Comissão de Assuntos Econômicos, órgão encarregado de sua instrução para esclarecimento do plenário - afirma o ofício do senador.

Antonio Carlos Magalhães conclui informando a Malan já ter afirmado, em plenário, que não aceitaria mais essa prática do BC, porque "tal situação impede a nós, senadores, de cumprir com segurança a tarefa que nos é constitucionalmente atribuída".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Segundo o senador Vilson Kleinübing, município paulista foi, entre todos os emissores de títulos destinados a pagamentos de precatórios, o que desembolsou a mais alta taxa de sucesso aos negociadores de papéis

Ex-prefeito de Osasco dá explicações à CPI

O ex-prefeito de Osasco (SP), Celso Giglio, afirmou ontem na CPI dos Precatórios que emitiu letras para pagar precatórios num momento em que a prefeitura enfrentava grave crise financeira. Conforme o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o prefeito obteve R\$ 70 milhões de receita com a emissão dos papéis, utilizou R\$ 40,7 milhões no pagamento de precatórios, dos quais restou um saldo de R\$ 29,3 milhões.

Celso Giglio reconheceu que a Secretaria de Finanças da prefeitura utilizou-se da experiência iniciada por Wagner Baptista Ramos, o ex-coordenador da Dívida Pública da prefeitura do município de São Paulo que aplicou sua metodologia em várias emissões irregulares. O ex-prefeito tam-



Na mesa, Roberto Requião, Bernardo Cabral e o depoente, ex-prefeito Celso Giglio

bém negou ter feito algum contato com o Vetor, um dos bancos que agia em conjunto com Wagner.

Vilson Kleinübing (PFL-SC) disse que a prefeitura de Osasco foi, entre as emissoras de títulos, a que pagou mais alta taxa de sucesso aos negociadores dos papéis. O ex-prefeito explicou que, como as letras foram vendidas todas num único ano, pagou apenas 1,5%, não pretendendo pagar mais nada.

Kleinübing pediu então à CPI

que realize diligência junto ao Besc para saber que valor esta instituição pagou ao banco Vetor para participar da venda dos papéis. Gilberto Miranda (PFL-AM) também apontou o fato de que, nessa prefeitura, houve excessos no pagamento do banco custodiante dos papéis.

Na mesma reunião, Gilberto Miranda comunicou que marcou uma reunião hoje com Paulo Maluf para tratar do depoimento do ex-prefeito de São Paulo.

Para Jáder, impeachment em SC é "golpe"

O líder do PMDB, senador Jáder Barbalho (PA), anunciou ontem que a bancada do partido deverá se reunir para analisar o pedido de impeachment do governador Paulo Afonso e do vice-governador José Augusto Hülse, que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina votará na próxima semana.



PMDB analisará a questão, anunciou Jáder

"O que está a ocorrer em Santa Catarina é um golpe político; a CPI dos Precatórios ainda não encerrou os seus trabalhos, e vários governadores de estado e prefeitos de capitais, como é o caso do prefeito de São Paulo, estão sob investigação", disse.

Segundo Jáder, "o golpe envolvendo o governador e o

vice-governador" está ocorrendo "de forma precipitada, antes que o Senado Federal se manifeste a respeito do assunto".

A liderança do PMDB não deixará que a tentativa passe em branco, como ocorreu com a CPI dos Anões do Orçamento, quando foram punidos exclusivamente companheiros do

PMDB. Houve interferência para tirar pessoas do PSDB e de outros partidos; houve gente que fez jejum; houve gente de toda ordem envolvida; houve corruptores, sobre os quais até hoje nada se apurou - frisou.

Jáder Barbalho disse que "não podemos, silentes, permitir que se salve São Paulo, onde a quadrilha teria sido montada, enquanto crucificam-se o governador e o vice-governador de Santa Catarina, porque há dois senadores catarinenses na comissão. Não é possível que essa comissão tenha servido para isso. Se serviu, virei todos os dias a essa tribuna para cobrar providências por parte dos outros partidos".

Com relação ao governador e ao vice-governador de Santa Catarina, o senador disse que "lhes desejamos tomar o governo. Isso originou-se no Senado. Portanto, temos responsabilidade nessa questão".

Senado extingue 1.037 FCs e 679 cargos efetivos

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução da Comissão Diretora que extingue 679 cargos efetivos e 1.037 funções comissionadas (FCs) e cria dois cargos de assessor técnico para os gabinetes dos membros da Mesa Diretora do Senado, das lideranças partidárias e dos 81 senadores. Os novos cargos serão preenchidos por livre indicação dos titulares dos gabinetes.

Jefferson Peres (PSDB-AM), Josaphat Marinho (PFL-BA), Gilberto Miranda (PFL-AM), José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR), Beni Veras (PSDB-CE), Osmar Dias (PSDB-PR), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Valmir Campelo (PTB-DF) registraram seus votos contrários.

Conforme a justificativa do projeto, defendido em plenário pelo relator, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), do total de cargos efetivos extintos, 232 já estão vagos e 447 serão extintos quando desocupados. Das funções comissionadas, 491 também estão vagas e as restantes 546, atualmente ocupadas, serão extintas quando ficarem vagas.

Mesmo com a criação de dois cargos, "haverá redução de funcionários e de custos", assegurou o senador, da ordem de R\$ 535.647,27. Com a progressiva liberação de outras vagas extintas, essa redução atingirá R\$ 1.492.182,27. José Eduardo Dutra (PT-SE) e Roberto Freire (PPS-PE) também defenderam o projeto.



Antonio Carlos explica aos senadores por que se opôs ao projeto

ACM marca sua posição contrária a novas funções

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez questão de salientar ontem que foi voto vencido em relação ao projeto que extingue cargos e funções comissionadas e cria duas novas funções nos gabinetes da presidência, das lideranças e dos senadores. O senador abandonou por um momento a presidência dos trabalhos na Mesa para "assumir o papel da oposição" e

falou do plenário, durante o encaminhamento da votação.

- Sou a favor da extinção e não sou a favor da criação de cargo algum. Vou ficar com minha consciência e serei vencido pela maioria - disse. Na opinião de ACM, os consultores legislativos do Senado já prestam serviços de assessoria técnica especializada e, se necessário, poderiam ser mais solicitados.

Projeto piloto do Incra nos estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais receberá contrapartida da União a empréstimo de US\$ 90 milhões do Bird

Congresso autoriza liberação de recursos para assentamentos

O Congresso Nacional autorizou ontem à noite o Executivo a abrir, no Orçamento fiscal, crédito especial em favor do Incra, no valor de R\$ 33,8 milhões. Os recursos serão aplicados no Projeto Piloto de Reforma de Terra e Atenuação da Pobreza, que abrange os estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, e visa, no período de 1997 a 1999, ao assentamento de 5 mil famílias/ano.

Antes, a matéria foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento, em reunião presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Em seu parecer favorável, apresentado perante a comissão, o se-

namador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou que a liberação dos recursos ao Incra tinha caráter de urgência, em face da iminência de contrato de empréstimo a ser firmado, em Washington, entre o governo federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O Projeto Piloto receberá um total de US\$ 150 milhões, sendo que US\$ 90 milhões serão oriundos do Bird, US\$ 45 milhões da União e US\$ 15 milhões dos estados envolvidos, disse.



Suassuna preside Orçamento

O Congresso também aprovou a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e do Ministério da Fazenda. A SAE destinará R\$ 15,5 mi-

lhões à Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a cobertura de gastos com pessoal e encargos sociais decorrentes da fabricação de elemento combustível para Angra I, Núcleo de Angra II, Unidade de Poços de Caldas e Buena (RJ), e da implantação das etapas fa-

bris de Resende e Lagoa Real.

Conforme o parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), na comissão, a suplementação para a INB responderá ao cancelamento de recursos dentro da própria SAE, originalmente destinados à Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

O outro crédito, no valor de R\$ 3,8 milhões, suplementará recursos colocados no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer).

■ **Veja mais decisões do Congresso Nacional na página 5**

Convocação depende do Executivo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a convocação extraordinária do Congresso depende de mensagem do presidente da República, pois não existe intenção do Legislativo de autoconvocar-se.

Entre as matérias passíveis de inclusão na pauta do período extraordinário estão, segundo Antonio Carlos, a Lei Geral de Telecomunicações, a criação da Agência Nacional do Petróleo, a reforma da Previdência e o novo sistema de financiamento imobiliário.

Simon pede mais prazo para produtor gaúcho

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) encaminhou solicitação aos ministérios da Agricultura e Abastecimento e do Planejamento para que autorizem, em razão das secas ocorridas no Rio Grande do Sul, a prorrogação do pagamento das prestações dos financiamentos concedidos aos produtores locais. Ele pediu ainda a reavaliação do cronograma de amortizações dos empréstimos financiados via Finaime-BNDES.

Pedro Simon afirmou que a seca que atingiu o estado nos primeiros meses deste ano deixou prejuízos de "graves proporções". Segundo o senador, a safra de soja sofreu perdas de mais de 1 milhão de toneladas, ocorrendo também grandes quebras na cultura do milho e na produção de leite e carne.



Siqueira Campos explica a Antonio Carlos Magalhães a situação de seu estado. À direita, o senador João Rocha

Governador se queixa a Antonio Carlos de que o Tocantins sofre discriminação

O governador do Tocantins, Siqueira Campos, fez ontem visita de cortesia ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem, segundo informou, pediu apoio para pleitos de seu estado, a seu ver constantemente discriminado na execução do Orçamento da União.

Ele ressaltou que Antonio

Carlos é um "líder dedicado aos problemas brasileiros" e não ficaria insensível aos apelos da bancada tocanntinense, que pretende dotar o estado de infraestrutura e, para isso, precisa dos recursos que são contingenciados.

- O problema é que os recursos não saem, mesmo o estado recebendo a menor soma entre

todos. O governo deve ao Tocantins cerca de R\$ 100 milhões a cada ano, desde a sua criação, e não paga - afirmou Siqueira à imprensa, após o encontro com o presidente da Casa.

Siqueira disse que não entende a "discriminação" e por isso veio a Antonio Carlos Magalhães. O governador assegurou que seu estado nada deve à

União e também não tem funcionários pagos pelo Tesouro, como, por exemplo, o DF e o Amapá, entre outros, "que mesmo assim são contemplados com grande quantidade de recursos". O senador João Rocha (PFL-TO) acompanhou o governador do Tocantins no encontro com Antonio Carlos Magalhães.



Pedro Simon: prejuízos

Parlamentares elogiaram tanto o substitutivo, que prevê dotações, em 98, no mínimo iguais às previstas no Orçamento deste ano na área de saúde, quanto o diálogo permanente com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, Ney Suassuna

Aprovada, LDO vai à sanção presidencial

Em sessão extraordinária presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o plenário do Congresso Nacional aprovou na noite de ontem o substitutivo do relator, deputado Sarney Filho (PFL-MA), ao projeto do Executivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício fiscal de 1998.

Segundo disse o relator, a LDO aprovada permitirá um ganho de maior transparência na fixação das receitas e despesas do Orçamento. Vários deputados manifestaram sua concordância com o relator, cumprimentando-o, assim como ao presidente da Comissão



Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), pelo amplo espaço de debate propiciado por am-

bos aos parlamentares de todos os partidos.

Outro destaque feito por integrantes do Bloco Oposição

na elaboração do substitutivo aprovado foi à "sensibilidade social" do relator, por ter garantido à área da saú-

Os trabalhos estenderam-se até a noite na sessão que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias

de, em 1998, dotações orçamentárias no mínimo iguais às destinadas no Orçamento deste ano.



Coutinho Jorge diz que a rodovia facilitará a exportação de soja

Asfaltamento da BR-163 entra no Ação Brasil

O presidente Fernando Henrique Cardoso concordou em incluir o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) no plano "Ação Brasil". A informação foi transmitida ao plenário ontem pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), para quem a decisão do presidente "é uma garantia de que os recursos previstos no Orçamento serão liberados".

O senador disse ter ouvido a novidade do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, na semana passada, na cerimônia de início do asfaltamento da rodovia. Conforme Coutinho Jorge, o ministro ouviu reivindicações de prefeitos e políticos locais pela

liberação de R\$ 35 milhões, fora do Orçamento, para o asfaltamento, até o ano que vem, de mais 200 quilômetros, partindo de Santarém e chegando ao entroncamento com a Transamazônica.

Coutinho Jorge previu que, com o asfalto, a soja produzida em Mato Grosso e no sul do Pará poderá ser exportada pelo porto de Santarém, que será ampliado, recebendo um terminal para embarque de grãos.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) opinou que o presidente Fernando Henrique, que se comprometeu durante a campanha eleitoral a asfaltar toda a Cuiabá-Santarém, "não conseguirá cumprir sua promessa".

Empresário checo agradece empenho da Bahia pela Skoda

Lubomir Soudek, diretor-geral da Skoda, fábrica de caminhões e automóveis da República Checa que instalará montadora na Bahia, visitou na manhã de ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Acompanhado do embaixador Antonín Blazek, ele comunicou que em novembro começarão os investimentos para a concretização do projeto.

A montadora, que terá no Brasil a denominação de Tatra - empresa que integra a holding Skoda -, terá como principais produtos caminhões pesados e

veículos fora-de-estrada (off-road), segundo Soudek, que não estimou o valor dos investimentos. Ele garantiu a criação de cerca de 600 empregos diretos e centenas de indiretos, fora os quadros de empregados que estarão ligados às fábricas de autopeças que também se instalarão na Bahia.

O embaixador Blazek disse que os investimentos serão contínuos até 1999, para consolidação da marca no Brasil. Segundo ele, foram muito importantes as participações do presidente do Senado e do governo da Bahia na vinda

da empresa para o país.

A montadora foi beneficiada por lei recentemente aprovada pelo Congresso, possibilitando aos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste oferecerem benefícios fiscais para esse tipo de empreendimento. Segundo o embaixador, a atuação dos parlamentares baianos foi fundamental para mudar a medida provisória que antes regia a matéria, mas não incluía essas regiões entre as que se beneficiariam com investimentos para instalação de fábricas estrangeiras.

Antonio Carlos recebeu os checos, que elogiaram a bancada da Bahia pela aprovação de incentivos



Senado leva treinamento a todo o país

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, abrirá no dia 5 de agosto uma nova fase nos cursos de treinamento da Casa, desta vez destinados a deputados estaduais, vereadores e funcionários das assembleias estaduais. Será uma teleconferência, via Embratel, destinada a ensinar como obter recursos públicos sem intermediação.

Trata-se da primeira teleconferência dentre as programadas pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para o segundo semestre, as quais serão substituídas, no próximo ano, por cursos transmitidos pela TV Senado. Os cursos pela TV vão ensinar como fazer um orçamento, acompanhar sua execução, elaborar projetos de lei e prestar contas.

Nosso objetivo é aprimorar o trabalho dos legislativos brasileiros. Existem prefeitos que não sabem sequer como preparar um orçamento municipal - esclarece o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

Conforme o diretor, já no ano que vem a imagem da TV Senado estará chegando a quase todos os municípios brasileiros. Está sendo negociado um acordo com o Banco do Brasil, que se encarregará de colocar, em auditórios indicados pelos prefeitos, equipamentos para receber os sinais da TV Senado. Os cursos serão ministrados em horários que não coincidam com as transmissões ao vivo dos trabalhos da Casa.

Esse intercâmbio com legislativos do país acontecerá ao mesmo tempo em que o ILB amplia seus programas de treinamento de servidores do Senado. Neste segundo semestre, serão oferecidos aos funcionários 47 cursos, abrangendo processo legislativo, orçamento e administração financeira, legislação básica do setor público e língua portuguesa. Ainda para o ano que vem, o Senado promoverá intercâmbio com parlamentos de outros países.

Senador defende nova abordagem da política regional, que já conta com experiências bem sucedidas na União Européia e em países da Ásia, "propiciando redução de custos"

Ronaldo propõe criação de consórcios de municípios

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou ontem projeto de lei que autoriza municípios a formarem consórcios para a implementação de políticas e ações comuns de desenvolvimento. Conforme a proposição, essas associações serão supervisionadas por um Conselho Intermunicipal, representativo das cidades participantes.

De acordo com a proposta, a formação de consórcios será efetuada mediante a apresentação de um plano, com a política ou a ação específica a ser desenvolvida, suas metas, justificativas, cronograma, a definição da responsabilidade de cada



Para Ronaldo Cunha Lima, consórcio tem como base a agregação de esforços em torno de interesses comuns

município e dos recursos materiais e humanos necessários e das suas respectivas fontes.

Segundo o projeto, é necessário o enquadramento das ações atribuídas a cada muni-

cípio no âmbito do consórcio, nos respectivos planos plurianuais, e inclusão dos recursos correspondentes nas respectivas leis orçamentárias anuais.

Jonas elogia ação de cooperativas

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ontem o apoio dos demais senadores para que possa ser aprovado logo o projeto que dispõe sobre as sociedades cooperativas. Conforme informou, a proposição está sendo analisada pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ao destacar as comemorações do Dia Internacional do Cooperativismo, celebrado na terça-feira, Jonas Pinheiro disse que o Brasil conta com 4.342 cooperativas, que agrupam 4 milhões de cooperados e contratam 151 mil empregados. Em 1996, segundo garantiu, o



Jonas apóia projeto

setor exportou mais de US\$ 1 bilhão.

Jonas Pinheiro destacou o lançamento, na Câmara dos Deputados, de carimbo e cartão postal referentes ao Dia Internacional do

Cooperativismo.

Em aparte, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) assinalou que as cooperativas podem viabilizar as atividades dos pequenos e médios produtores rurais, como ocorreu no norte da Itália. Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou que é preciso incrementar o cooperativismo no país e elogiou a dedicação do senador Jonas Pinheiro às questões agropecuárias.

Jefferson: esquerda precisa se reciclar

O senador Jefferson Peres (PSDB - AM) exortou ontem os membros da esquerda brasileira a empunhar a bandeira de um choque fiscal e tributário para garantir a todos os brasileiros a distribuição de renda e o acesso à cidadania. Ele disse que



Jefferson: nova realidade

a esquerda do país, a exemplo da europa. "precisa renovar o discurso e a plataforma, para um alinhamento com a nova realidade mundial".

Jefferson citou o senador Roberto Freire (PPS-PE), que defende propostas voltadas à retomada do desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental. Segundo afirmou, a vitória dos trabalhistas na Inglaterra e dos socialistas na França sinaliza um novo pensamento da esquerda, "consciente de que o velho modelo estatizante está

Conforme o senador, o relato fracasso que as políticas regionais têm alcançado no Brasil e em outros lugares é fruto de concepções equivocadas e de distorções em sua execução.

Ronaldo Cunha Lima disse que o consórcio é uma nova abordagem da política regional, com experiências bem sucedidas na União Européia e em países da Ásia, que "parte da idéia de agregar esforços em torno de interesses comuns, propiciando a redução de custos e a viabilização de investimentos de maior vulto pela partilha desses custos".

condenado".

A nova esquerda, conforme afirmou, não pretende rejeitar a disciplina fiscal e monetária, mas exige a discussão de uma agenda social.

De acordo com o senador, a esquer-

da brasileira precisa também retomar uma estratégia de alianças que a retire de seu atual isolamento político.

Em aparte, Roberto Freire disse que o PSDB "deve honrar seu nome e assumir sua identidade social-democrata, pois, no país, atualmente, persiste o estado do mal-estar social". Por sua vez, José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que "o centro, hoje, é *chapa branca*, que não defende teses, mas a posição do governo, dificultando composições".

A revolta da Polícia Militar em Belo Horizonte causa apreensão, segundo a senadora, que recebeu garantias do governador Eduardo Azeredo de que as negociações serão reabertas. Para Roberto Freire, democracia não convive com motim

Júnia lamenta greve, mas entende PM

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) classificou ontem de "delicada e grave" a situação nos últimos dias em Belo Horizonte, com a greve dos policiais, em razão da longa tradição da PM de Minas Gerais e de sua credibilidade junto à opinião pública e à sociedade mineiras.

A senadora disse que conversou com o governador Eduardo Azeredo e recebeu a informação de que as negociações com a categoria serão reabertas. Na opinião de Júnia Marise, a questão salarial precisa ser discutida não apenas com a polícia, mas com todos os servidores públicos, para se encontrar uma fórmula capaz de atender às reivindicações.

Júnia destacou que a PM mineira tem sido reconhecida como modelo de polícia para todo o país e que a demanda por melhores salários não é peculiar a Minas Gerais, mas a todos os segmentos dos servidores públicos e trabalhadores do país, cujos salários estão congelados há quase três anos.

A senadora ressaltou que seu discurso não tinha "motivação política, mas uma preocupação diante de uma situação que se caracteriza hoje como grave e delicada" e que envolve, sobretudo, a segurança da população de Minas.

- Essa situação deflagrada pela Polícia Militar tem a solidariedade da população e mostra o âma-

go de uma questão que não pode ser tratada sem sensibilidade por parte de nossos governantes - afirmou.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que o trabalho policial é atividade prioritária que não pode ser relegada a segundo plano pelos governantes. Ele defendeu a implantação imediata de um Plano Nacional de Segurança e assinalou que, sem investimentos na área, a sociedade ficará à mercê da criminali-



Júnia atestou o apoio da população à PM mineira

dade e aumentarão os casos de corrupção na polícia, porque seus integrantes não encontrarão perspectivas na sua atividade.

O senador Roberto Freire (PPS-

PE) disse que "não se pode apoiar a revolta de corporações armadas em hipótese alguma", destacando que "o estado de direito democrático não convive com motim". Na opinião do senador, "greve de corporação armada é anarquia".

O senador Lauro Campos (PT-DF) observou que, enquanto o país pagar "salários miseráveis" às Polícias Civil e Militar, veremos episódios como esse.

O líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), disse que Minas vive uma situação grave, mas que estamos numa democracia plena, onde existem canais de negociação. Sérgio Machado também manifestou solidariedade ao governador Eduardo Azeredo.

Abdias defende aproximação com a África

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) defendeu ontem maior aproximação do Brasil com a África, nas áreas cultural e política. Segundo ele, o país, desde meados dos anos 70, ampliou sua relação com os países africanos, mas "o avanço na área comercial ainda não teve reflexos proporcionais na cultura e na política".

Na opinião do senador, no campo cultural, as poucas ações relevantes na relação do Brasil com a África resultaram muito mais do interesse de artistas e entidades privadas do que de um esforço do governo brasileiro. Em relação à política, Abdias considerou que o Brasil deveria assumir um papel de mediador nos conflitos africanos, como por exemplo no Congo (ex-Zaire). "ao invés de permanecer na cômoda, mas inútil, posição de observador".



Presidida por Ademir Andrade, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou parecer de Carlos Bezerra

Arqueólogo é profissão regulamentada pela CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem parecer favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a projeto de lei da Câmara dos Deputados regulamentando a profissão de arqueólogo.

Conforme o projeto, que depende ainda de deliberação do plenário, o exercício da profissão de arqueólogo é privativo de bacharéis em Arqueologia, inclusive formados em cursos no exterior reconhecidos no Brasil, e

de pós-graduados com área de concentração nessa ciência.

O exercício da profissão, conforme a matéria, é ainda privativo dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data de assinatura da nova lei, contem cinco anos consecutivos ou 10 anos intercalados no exercício de atividades próprias da arqueologia; e dos que, também na data de assinatura da lei, tenham concluído cursos de especialização nessa área, entre outros requisitos.

Para Carlos Bezerra, a regulamentação deverá provo-

car ampliação da oferta de cursos para preparação profissional formal, estimulando a formação de um maior número de profissionais para a área. Ele apresentou emenda ao projeto visando suprimir dispositivos relacionados à atuação dos conselhos profissionais de arqueologia. Outra emenda de sua autoria elimina a exigência de registro profissional de arqueólogo na delegacia regional do trabalho, mantendo-o apenas perante o conselho da categoria.

Governo terá de aceitar estagiários

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) obriga os órgãos da administração pública a aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados em cursos superiores, profissionalizantes, de 2º grau ou de educação especial.

Na justificativa do projeto, o senador afirma que são cada vez menores as oportunidades de estágio profissional oferecidas aos estudantes, em franco descompasso com o número sempre crescente dos que procuram o mercado de trabalho, "como se, a despeito de nossos ainda baixos níveis de qualificação de mão-de-obra, pudéssemos continuar desperdiçando o elevado investimento educacional efetuado na formação das gerações jovens do país".

Na opinião de Ademir Andrade, o projeto não criará problemas para as administrações públicas, pois na lei em vigor está previsto que o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, princípio este reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.



Abdias: maiores laços

Requerimento apresentado pelo senador e aprovado em plenário trará juizes italianos da "Operação Mãos Limpas" para narrar sua experiência na condenação de corruptos. A visita está marcada para setembro

Simon propõe debate contra impunidade



Na reunião, presidida por Bernardo Cabral, acertou-se a implementação do Estatuto dos Refugiados, de 1951

CCJ aprova definições de refugiado político e foragido

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou por unanimidade, na reunião de ontem, projeto do Executivo que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados, de 1951, em consonância com o "caput" do art. 55 da Constituição federal.

O projeto, relatado favoravelmente pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), reconhece como refugiado o indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país e não

possa ou não queira regressar.

Também inclui no reconhecimento da condição de refugiado o indivíduo que, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país e buscar refúgio em outro.

O senador Bernardo Cabral disse que a medida é uma importante contribuição para termos uma legislação atualizada. José Fogaça ressaltou que o parecer aprovado distingue com clareza as figuras do refugiado e do foragido. Segundo o relator, foragido é o clandestino, é o marginal envolvido com crimes violando sempre os direitos humanos. A proposta segue agora para o plenário do Senado.

Dois projetos rejeitados

A Comissão de Justiça rejeitou projeto de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes; e outro de autoria do sena-

dor Valmir Campelo (PTB-DF) estabelecendo normas sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores residentes nas zonas urbanas. Ambos foram relatados pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Inelegibilidade perde sentido com aprovação da reeleição

A CCJ aprovou, ainda, parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1996, mantendo inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou por adoção até o segundo grau e os afins apenas de primeiro grau. A proposta altera o § 7º do art. 14 da Constituição federal e tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição 23/96, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC) e outros senadores.

Embora aprovada, a matéria, de acordo com o entendimento dos membros da CCJ, perdeu utilidade em face de aprovação da emenda da reeleição, já promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara. Por isso, ficou acertado que o relator da proposta, senador Edison Lobão (PFL-MA), apresentará projeto a ser apreciado em caráter urgente no plenário da Casa,



Lobão: nova proposta

suprimindo o referido § 7º do art. 14 da Constituição.

No encaminhamento da discussão, o senador Roberto Freire (PPS-PE) argumentou que seria um contra-senso impor a Lei das Inelegibilidades para os parentes consanguíneos, cônjuges e afins, quando se permite que o titular se reeleja. "Se se permite o instituto da reeleição, tem que se permitir tudo, inclusive acabar com as inelegibilidades e adequar a legislação ao princípio da reeleição", ressaltou Roberto Freire.

Os juristas responsáveis pela "Operação Mãos Limpas", na Itália, deverão comparecer ao plenário do Senado Federal, dia 18 de setembro, para expor sua experiência no combate à impunidade. Requerimento nesse sentido, de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS) na CCJ, foi anunciado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e aprovado pelo plenário.

Na justificativa do requerimento, Simon argumentou que "o Congresso Nacional vem desenvolvendo magnífico trabalho no sentido de coibir atos de corrupção no país, como muito bem ficou plasmado durante as atividades das CPIs Collor-PC, do Orçamento e a dos Precatórios, esta muito bem conduzida por Bernardo Cabral".

A "Operação Mãos Limpas" é um caso raro de ação institucional exitosa contra as práticas corruptas que se espalham no mundo político-administrativo de diversos países e minam sua credibilidade - friso.

Na opinião do senador, o encontro com as autoridades italianas será uma contribuição "ao grande debate que deve ser instalado no país visando à extinção da impunidade, razão primeira da continuidade da ação dos corruptos e dos corruptores".

Simon explicou que o procurador-geral da Itália, Francesco Saverio Borrelli, e seus colegas Francesco Greco, Gherardo Colombo e Piercamillo da Vigo estarão no Rio de Janeiro, no período de 13 a 24 de setembro, para uma série de palestras e encontros de trabalho com órgãos do Poder Judiciário.

Bernardo Cabral (PFL-AM), por sua vez, salientou que o Senado não poderia desperdiçar a oportunidade de promover uma audiência pública com os juristas italianos.